



4º EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13, 14 e 15
Set / 2017

Boa Vista / Roraima - Brasil

EDUCAÇÃO INFANTIL, POLÍTICAS PÚBLICAS E A ARTE LÚDICA NA PRÉ-ESCOLA NA PERCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Christian Ribeiro Ramires¹

Marinete Lourenço Mota²

Lara Karen Lourenço Mota³

Mária Raimunda Ferreira da Silva⁴

RESUMO

A pesquisa teve como escopo compreender a percepção de pais e professores sobre a importância da arte lúdica no processo de ensino de aprendizagem na Educação Infantil em uma pré-escola de Benjamim Constant – AM, resgatando os princípios políticos públicos educacionais que garante o direito de uma Educação Infantil de qualidade para a criança. A metodologia contou com a pesquisa bibliográfica e de campo a partir da abordagem qualitativa. Como resultado enfatiza-se que a ludicidade apesar de estar amparada legalmente nas políticas públicas educacionais ainda é pouco praticada na escola e compreendida pela sociedade.

Palavras Chave - Educação Infantil, Políticas Públicas, Arte Lúdica.

ABSTRACT

The research had the scope to understand the perception of parents and teachers about the importance of art in the teaching process of playful learning in early childhood

¹ Graduando de Licenciatura em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email:

² Dra. em Sociedade e Cultura da Amazônia PPGSA/UFAM, Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM

³ Graduando de Licenciatura em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Email: lababcmota2015@gmail.com

⁴ Pedagoga formada no Instituto de Natureza e Cultura INC/UFAM.

education in a preschool of Benjamin Constant-AM, rescuing the public educational policy principles that guarantee the right to a quality Education for your child. The methodology included the bibliographic and field research from the qualitative approach. As a result emphasizes that the playfulness despite being legally protected in public educational policy is still not practiced at school and understood by society.

Keywords - Early Childhood Education, Public Policy, Playful Art.

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico do Brasil é marcado por uma desigualdade naturalizada datada desde o período colonial ao processo de modernização contemporânea. A divisão da sociedade em classes sociais é uma realidade dura e cruel em que obriga uma grande parte da população a viver sob o jugo da subcidadania, circunscrita à pobreza cotidiana, dependendo das benesses ou benevolências passageiras do Estado, sob os princípios da lógica da política assistencialista um dos vetores que alimenta o sistema capitalista da sociedade.

As relações de poder que corroboram com as desigualdades sociais influenciam sobremaneira em todos os aspectos e segmentos da sociedade. A desvalorização de mulheres e crianças principalmente de classes economicamente desfavorecida, pobreza, é fato. Soma-se a essa desvalorização a não efetivação de políticas públicas sociais que atendam dignamente os direitos de mulheres, crianças e adolescentes na sociedade.

Tradicionalmente, a Educação Infantil tem sido tratada com descaso pelo poder público e vista pela sociedade como uma fase na qual a criança vai para a escola apenas para usufruir de uma assistência social, neste caso as creches, e para brincar como insignificante, inútil ou para ser preparada para o ingresso no Ensino Fundamental pela pré-escola, criança cidadã apenas no futuro. Vista sob esse prisma tanto a Educação Infantil, como os profissionais que atuam nessa área não são reconhecidos pela insignificância política que tem a criança na sociedade (QVORTRUP, 2010).

A história social da criança no país aponta que tanto a criança, quanto a Educação Infantil no país, tem sido estigmatizada pela desconsideração da criança como sujeito. Comprovando-se pelos registros de violências, exploração do trabalho, vítimas de assédio sexual, estupro, fome, escravidão, castigos físicos dentre outros.

Não é demasiado afirmar que a Educação Infantil, politicamente reconhecida como primeira etapa da Educação Básica é de suma relevância no contexto social para a vida das crianças na promoção da garantia do seu direito social, como para a compreensão de uma sociedade mais sólida, equitativa, democrática e principalmente de relações sociais pautadas no respeito ao outro e às suas diferenças.

Para se reconhecer a criança como sujeito é preciso percebê-la em suas diferenças diante do adulto. Reconhecer a criança como sujeito de direito é compreendê-la como um ser lúdico. A criança vive e aprende de forma lúdica, logo, a ludicidade tem um caráter político no que diz respeito a posturas, decisões, ações, articulações que a nosso ver deveria ser aplicado no currículo da Educação Infantil.

A realidade educacional das instituições de Educação Infantil comporta a necessidade de uma prática pedagógica lúdica que venha respeitar o processo de aprendizagem das crianças. Porém, o lúdico é banalizado na sociedade em que importa a produtividade e a valorização da cultura do ter ao invés do ser e para se ter não pode perder tempo com “brincadeiras”.

As atividades lúdicas ou brincadeiras das crianças não é perder tempo, ao contrário é ganhá-lo, mais ainda é muito comum vermos crianças em pleno século XXI, como diz Noal (2013, p.397) “enfileiradas e copistas” além de que as instituições escolares ainda têm explorado muito pouco o lúdico em sala de aula, as quais desconsideram que já faz algum tempo que as investigações relacionadas ao tema vêm atribuindo valor significativo ao lúdico como alavanca de aprendizagem.

As instituições escolares parecem não reconhecer o lúdico como direito social, conforme promulga a Constituição Federal na tentativa de garantir vidas com mais dignidade.

O pensamento social de que criança na pré-escola não estuda só brinca é comum nos contextos escolares e soam de modo pejorativo em detrimento da cultura de uma ideologia dominante em que o estudar deve ser uma ação séria, conotando a ludicidade como algo fútil, fazendo a ruptura do ser criança entre razão

e emoção, fragmentando-a como sujeito, ora, todo o ser humano é dotado de razão e emoção, de acordo com Morin (2003) o homem deve ser visto como um ser completo, em que tanto razão e emoção o constitui, bem como outros elementos.

Historicamente a ludicidade sempre esteve presente na vida do homem e sua relação com a educação data de tempos remotos. Desde a Grécia e Roma antiga já se falavam da importância da ludicidade na educação das crianças, porém, a educação formal efetivamente ainda não consegue incluir em seu currículo a política das artes lúdicas para um processo ensino aprendizagem mais eficaz.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A LUDICIDADE NA PRÉ-ESCOLA

2.1 Educação infantil e as concepções políticas educacionais

A Educação Infantil é uma conquista constitucional oriunda de políticas de movimentos sociais a partir dos direitos humanos e das crianças no mundo e no país em prol do desenvolvimento humano e social.

A educação escolar deve dispor de meios organizados para cumprir com o seu papel social de proporcionar o desenvolvimento infantil. Os professores de educação infantil devem utilizar a linguagem da arte no cotidiano pré-escolar para então respeitar a forma de aprendizagem das crianças e de suas diferentes formas de comunicação, assim, trabalhos utilizando o desenho, a pintura, a modelagem, a colagem, a construção, entre outras, são meios pelos quais possibilitam as crianças expressarem seus sentimentos, conhecimentos, experiências e por conseguinte comunicação com as demais gerações e entre seus pares.

De acordo com Brandao (2007, p.8) “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela [...]” A educação faz parte da vida de todo o ser humano de modo que a criança é envolvida em processos educativos diariamente e a todo o momento, seja na instituição escolar, na família, nas ruas, em suas relações e interações com os seus pais e com os demais sujeitos.

A educação é um ato político, efeito de educar ou educar-se, é o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo adquire conhecimentos geral ou específico, com o objetivo de desenvolver suas capacidades e aptidões, bem como promover a vida

em sociedade. Neste sentido, para Brandão (1995, p.13) “A educação existe onde não há escolas e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência do saber [...]”.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB a educação é a base de toda a vida humana a começar pela família. São os pais que devem propiciar a base educativa de convívio social da criança, como por exemplo, os valores de respeito, responsabilidade, de convívio entre os diferentes sujeitos e grupos sociais.

Na base educativa da criança a educação lúdica se faz presente a todo momento, pois como diz Mota (2017) o brincar é a condição de ser criança, ou seja, a criança se educa, aprende, se relaciona e interage de forma lúdica e assim vai se apropriando, criando e recriando as coisas do seu mundo.

A criança então vai se inserindo no mundo com prazer, com alegria, com energias positivas que a fazem perceber o mundo de uma forma mais simples diferente do adulto.

A educação infantil pré-escolar é compreendida como o lugar de trabalho que a criança e o professor são cidadãos, sujeitos ativos, cooperativos e responsáveis, é nesse contexto que a educação deve favorecer e contribuir com a transformação do contexto social da criança.

Para Antunes (2004, p.31), “a Educação Infantil formal é compreensiva no processo de desenvolvimento da criança, e sendo responsável de exercer um processo educativo permanente de construção de conhecimento e aprendizagem [...]”. A Educação Infantil de caráter formal não deve fugir à regra de sua função social que é de educar, cuidar e garantir a aquisição de conhecimento por parte das crianças.

Apesar de a educação infantil ser um direito social das crianças conquistada politicamente conforme promulga a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda são muitos os desafios enfrentados nesse campo que acabam fazendo funcionar a educação para crianças como uma arte do disfarce político, como sinaliza Kramer (2006).

De acordo com a organização da educação no Brasil as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) como a creche e pré-escola são “[...] espaço institucional doméstico que constituem estabelecimento educacional

públicos ou privados que educam e cuidam da criança, assim o órgão sistematizado é submetido ao ensino social” (BRASIL, 2010, p.12). Tanto a pré-escola quanto a creche, são instituições educativas que têm a finalidade de complementar e ampliar a educação das crianças e os profissionais da educação são responsáveis neste processo.

A Educação Infantil exige um olhar sensível e uma prática comprometida para que possa oferecer uma educação de qualidade e de garantia dos direitos sociais da criança.

Um dos maiores desafios da Educação Infantil é justamente integrar as funções básicas que é o educar e cuidar. Proporcionar o cuidar e educar as crianças em instituições de ensino a elas destinadas é, sobretudo, exigir as garantias mínimas dos padrões de qualidades que envolvem diferentes aspectos como, por exemplo, de infraestrutura, recursos financeiros, espaços físicos adequados, professores qualificados, recursos materiais e outros.

As instituições públicas de ensino, como as creches e pré-escolas, devem ainda possibilitar a todas as crianças experiências e aprendizagens significativas. Aprendizagens essas que necessitam de um planejamento e práticas pedagógicas condizentes às formas de aprendizagens das crianças, é preciso garantir a dimensão lúdica em seu processo ensino aprendizagem.

2. 2 O que pensam os pais e professores sobre a ludicidade na pré-escola

De acordo com Almeida (1994, p.18) às atividades lúdicas estão incluídos os jogos, brinquedos brincadeiras e divertimentos relativos à conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte. A função educativa dos jogos e brincadeiras oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

A percepção dos pais sobre a ludicidade da escola de Benjamin Constant - AM, Manga⁵ (27 anos, entrevista, junho, 2017). Discorre sobre,

Os jogos e brincadeiras são importantes para desenvolver as funções motoras e sociais da criança. As atividades lúdicas na pré-escola faz com que a criança tenha um bom desempenho de aprendizagem, aprendendo o alfabeto, as vogais e outras atividades. O ensino deve ser planejado visando

⁵ Nome fictício atribuído aos sujeitos participantes da pesquisa para manter em sigilo suas identidades, conforme acordo firmado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

a aprendizagem das crianças no âmbito social, cultural e ambiental. Mas meu filho diz que ele não brinca muito na escola, faz muita tarefa.

A fala de Manga (mãe) confirma a ausência da política da arte lúdica no processo ensino aprendizagem das crianças na pré-escola. A ausência da ludicidade na educação pré-escolar registra-se tanto no que diz respeito ao currículo quanto na prática pedagógica dos professores.

A brincadeira está relacionada ao lúdico e articula diversão e construção de conhecimento na vida infantil. Embora o jogo e a brincadeira se caracterizem pela ludicidade, exercem um significado mais abrangente, uma perspectiva educativa, na qual tem a função objetiva de superar as dificuldades existentes no processo ensino e aprendizagem. Maluf (2004, p.19) aponta que o “Brincar é tão importante quanto estudar, ajuda a esquecer momentos difíceis. Quando brincamos, conseguimos sem muito esforço encontrar respostas. [...]”.

Para Santos (2000, p.58) “atualmente o lúdico tem a conotação que explora o aprendizado da criança, e sua utilização tem se expandido tanto, que foi necessário espaços específicos destinados a vivência lúdica no aprendizado [...]”. Na creche ou na pré-escola as atividades lúdicas devem fazer parte do currículo infantil e com isso os jogos, brincadeiras, brinquedos se constituem como conteúdos e/ou temas transversais que fazem com que a criança se desenvolva e se inclua em seu mundo.

Para se incluir no currículo a política da ludicidade na educação infantil é preciso que se tenha condições de garantia das políticas públicas educacionais de qualidade. Portanto, os recursos materiais, financeiros e humanos são primordiais para que de fato a educação lúdica possa acontecer na escola para as crianças.

Como discorre Maluf (2003, p.12) a relação da ludicidade com a aprendizagem das crianças é de interação e complementação, em que o desenvolvimento dos processos da escrita, da leitura e do cálculo acontecem de forma mais dinâmica e condizente com a forma de ser da criança. O lúdico tem um papel fundamental para a aprendizagem e quando isso acontece a criança mergulha de corpo e alma e o fenômeno social da aprendizagem acontece.

De acordo com Ingrid (44 anos, entrevistada junho, 2017):

Os professores junto com a comunidade escolar devem entender que o aprendizado lúdico promove transformações na educação infantil. Assim, as

instituições de educação infantil devem desenvolver estratégias que promovam a igualdade de oportunidade entre meninas e meninos e que assumam a responsabilidade de torná-los espaços privilegiados de convivência, de construção de identidade coletivos e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, dar a criança melhores condições e recursos e comprometer-se com a democracia e cidadania.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista só como diversão, ou seja, a ludicidade inserida na educação infantil trabalha vários aspectos da criança como coordenação motora, equilíbrio, identificar as diferenças de objetos, ser uma criança criativa, ter suas próprias opiniões e entre outros. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colaborando para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Maluf (2003, p.21) contribui ainda afirmando que “todo aprendizado que o brincar permite é fundamental para a afirmação da criança, em todas as etapas de sua vida [...]” Neste modo a aprendizagem lúdica é fundamental para a aprendizagem da criança, o jogo, brincadeira fazem parte da vida da criança, permitindo em seu cotidiano inúmeras descobertas e exercitar sua imaginação importante para o desenvolvimento cognitivo, intelectual da criança.

3 NOTA CONCLUSIVA

Procurou-se neste texto articular a ideia de que a ludicidade constitui-se como um princípio político que deve ser contemplado no currículo de Educação Infantil na promoção do desenvolvimento humano da criança na perspectiva de viver sua cidadania na sociedade.

Teoricamente para pais e professores a ludicidade se constitui como uma ferramenta de aprendizagem das crianças da Educação Infantil, objetivando promover a aprendizagem das crianças a partir de jogos, brinquedos e brincadeiras, porém na prática ocorre um certo distanciamento pela falta de recursos materiais e financeiros.

Mesmo após a conquista de políticas públicas de proteção à infância e o direito à educação de qualidade e saúde, vale ressaltar que as políticas têm se constituído como argumentos de poucos projetos políticos, uma vez que as crianças

não representam uma voz de poder decisório enquanto ato democrático pelas vias eleitorais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANGOTTI, Maristela, **O trabalho docente na pré-escola: revistando teorias descortinadas praticas.** São Paulo: Pioneiro Thomson Learning, 2003.

ALMEIDA, Paulo Nunes, **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos.** 7. Ed. São Paulo: Loyola, 1994.

DESCANDES, Suely Ferreira, **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade_** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ª Ed. São Paulo, Atlas, 1995.

GOMES, Romeo. A Análise de Dados e Pesquisa Qualitativa. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 17º Ed. Petrópolis RJ: Vozes 2000.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte dos disfarces.** 3. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 2006.

MOTA, Marinete Lourenço. **The formation of the child in Amazon border between Brasil and Colombia: the play and the sense of being a child-.** Vol 6. Issue: 6, march, 2017. INSNN:2 2249-894X.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário à educação do futuro.** Traduzido por Cararina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NOAL, Estela Garcia. **Reflexão histórica acerca da epistemologia do lúdico na construção social da criança.** *In:* XIII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO NORTE PIONEIRO Jacarezinho. 2013.

UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes, **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos.** 7. Ed. _ São Paulo: Cortez, 2011.

QVORTRUP, Jens. **Infância e Política.** Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 141, São Paulo, dez, 2010.

TEIXEIRA, Elizabeth, **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa _** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.